



AVISO DE ABERTURA EDITAL

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

- PODERÃO CONCORRER A TODOS OS ITENS EXCLUSIVAMENTE, MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS DO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO, QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NO TÍTULO VI DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, COMO DETERMINA O INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, COM EXCESSÃO DOS ITENS 22 e 24 QUE PODERÃO SER DISPUTADOS ENTRE GRANDES EMPRESAS E MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, OBSERVANDO OS BENEFÍCIOS GARANTIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES.
- OS ITENS **23** e **25** SE REFEREM A COTA RESERVADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, COMO DETERMINA O INCISO III DO ARTIGO 48 DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES.
- OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER DEMANDA DO CISRUN/SAMU MACRO NORTE.
- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:
- LOCAL: Avenida Francisco Peres, nº 200 A, Bairro Interlagos Montes Claros/MG.
- DIA: 17/01/2023.
- HORARIO DE CRENCIAMENTO: ÀS 08h30min.
- HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 09h00min.





Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para recebimento das propostas de preço e a abertura da sessão estarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário.

- COORDENADOR DO PROCESSO PREGOEIRO: Edilene Batista Cangussu (Pregoeiro Oficial) ou Márcio Souza Vasconcelos (Pregoeiro Substituto).
- CONTATOS E ESCLARECIMENTOS: LOCAL: Avenida Francisco Peres, nº 200
 A, Bairro Interlagos Montes Claros/MG.
- FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: PODERÃO SER FORMULADAS
 CONFORME ESTABELECIDO NO EDITAL
- ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO RECURSOS E IMPUGNAÇÕES: Setor de Licitações na Avenida Francisco Peres, nº 200 A, Bairro Interlagos – Montes Claros/MG de 08h00min às 12h00min ou de 13h30min às 17h30min.





EDITAL Nº 001/2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SPR № 001/2023

PREÂMBULO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede Urgência do Norte de Minas-CISRUN, com sede na Avenida Francisco Peres, nº 200 A, Bairro Interlagos – Montes Claros/MG. Inscrito no CNPJ sob o nº 11.636.961/0001-03, isento de inscrição estadual, através da sua Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 008/2021 de 03 de Fevereiro de 2021, do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede Urgência do Norte de Minas-CISRUN torna público a abertura do **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2023, NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023,** tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO UNITÁRIO,** Regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Portaria que regulamenta o SRP nº 02/2020 de 02 de março de 2020, Lei Federal nº 8.666/93, e alterações, Lei Complementar 123/2006, e suas alterações, e condições fixadas neste Edital.

I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 O Pregão será realizado em sessão pública presencial.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos em <u>Montes Claros na sede administrativa</u> do SAMU REGIONAL, Avenida Francisco Peres, nº 200 A, Bairro Interlagos, ao <u>lado das pizzarias Quero Pizza Lagoa e Zero Grau, Montes Claros/MG</u> pelos funcionários do Consórcio, Edilene Batista Cangussu (Pregoeira Oficial) ou Márcio Souza Vasconcelos (Pregoeiro Substituto).
- 1.3 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pelo(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste edital.
- **OBJETO**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER DEMANDA DO CISRUN/SAMU MACRO NORTE.
- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:





- LOCAL: Avenida Francisco Peres, nº 200 A, Bairro Interlagos Montes Claros/MG.
- **DIA:** 17/01/2023.
- HORARIO DE CRENCIAMENTO: ÀS 08h30min.
- HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 09h00min.
- PODERÃO CONCORRER A TODOS OS ITENS EXCLUSIVAMENTE, MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS DO RAMO PERTINENTE AO OBJETO LICITADO, QUE ATENDAM ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ESTABELECIDAS NO TÍTULO VI DESTE INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, COMO DETERMINA O INCISO I, DO ARTIGO 48, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, COM EXCESSÃO DOS ITENS 22 e 24 QUE PODERÃO SER DISPUTADOS ENTRE GRANDES EMPRESAS E MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS, OBSERVANDO OS BENEFÍCIOS GARANTIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014 E SUAS ALTERAÇÕES.
- OS ITENS 23 e 25 SE REFEREM A COTA RESERVADA PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, COMO DETERMINA O INCISO III DO ARTIGO 48 DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES.

II - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 2.1 O SRP não terá as despesas comprometidas com as dotações orçamentárias.
- 2.2 O empenho de dotações orçamentárias suplementares, ou dotações referentes ao próximo exercício, não caracteriza sua alteração contratual, podendo ser registrado por simples apostila dispensando a celebração de aditamento consoante faculdade incerta no art. 65, § 8º, da Lei 8.666/93.

III - CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

- 3.1 Cópia deste edital encontra-se disponível na sede do CISRUN à Avenida Francisco Peres, nº 200 A, Bairro Interlagos, na cidade de Montes Claros/MG, e poderá ser obtida na sala da Coordenadoria de Licitação, no horário de 08h00min às 12h00min e de 13h30min às 17h30min, podendo ser obtida também através do e-mail <u>licitacao@cisrun.saude.mg.gov.br</u>, informando sua razão social e seu *e-mail* e pelo sítio oficial http://www.cisrun.saude.mg.gov.br
- 3.2 As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo na





Imprensa Oficial de Minas Gerias – IOF/MG e Diário Oficial dos Municípios Mineiros-AMM, quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

- 3.3 Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser encaminhados para o <u>e-mail licitacao@cisrun.saude.mg.gov.br</u>, até 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para abertura das propostas, informando sua razão social e seu *e-mail*.
- 3.3.1 As respostas do(a) Pregoeiro(a) às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por *e-mail* ou disponibilizadas na sede do CISRUN, ficando acessíveis a todos os interessados.
- 3.4 Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o e-mail <u>licitacao@cisrun.saude.mg.gov.br</u> ou protocolizadas na sala da Coordenadoria de Licitação, dirigidas ao(a) Pregoeiro(a), que deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, auxiliado pelo setor técnico competente.
- 3.5 O **CISRUN** não se responsabilizará por impugnações endereçadas por outras formas ou outros endereços Presenciais, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas.
- 3.6 Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 3.7 A decisão do(a) Pregoeiro(a) será enviada ao impugnante por e-mail, e será divulgada nos jornais Imprensa Oficial de Minas Gerias IOF/MG e Diário Oficial dos Municípios Mineiros AMM para conhecimento de todos os interessados.

IV – RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS E REFERÊNCIA DE TEMPO

- 4.1 A licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o envio da proposta e sua abertura, atentando também para a data e horário de início da disputa.
- 4.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília DF e, dessa forma, serão registrados na documentação relativa ao certame, quando necessário.

V - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título 11 deste instrumento convocatório, como determina o inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014 e suas alterações.





- 5.2 Não poderá participar da presente licitação Empresa:
- 5.2.1 Suspensa de participar em licitação e impedida de contratar com o CISRUN;
- 5.2.2 Declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- 5.2.3 Impedida de licitar e contratar com o Estado de Minas Gerais;
- 5.2.4 Com falência decretada;
- 5.2.5 Cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- 5.2.6 Em consórcio¹;
- 5.3 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

VI - CREDENCIAMENTO

6.1 – O credenciamento e entrega dos envelopes será de 08h30min. (Oito horas e trinta minutos) às 09h00min. (Nove horas) do dia 17/01/2023.

6.2 – Os REPRESENTANTES das licitantes que se interessarem em participar deste procedimento deverão se apresentar munidos de:

- **6.2.1 -** Carteira de identidade ou documento legal equivalente;
- **6.2.2 -** Documento que o credencie a participar deste certame **conforme Anexo III** ou procuração por instrumento público ou particular com assinatura digital (eletrônica), através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante;
- **6.2.3 -** Apresentar carteira de identidade ou outro documento com foto do sócio proprietário da empresa que está representando, podendo ser original ou cópia;
- 6.2.4 Estatuto ou Contrato Social (com a última alteração) atualizado;
- **6.2.5 -** Registro comercial, no caso de empresa individual e sua última alteração (atualizado).

6.3 - O SÓCIO PROPRIETÁRIO OU DIRIGENTE da empresa licitante deverá apresentar:

¹ Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação da participação de empresas em "consórcio" neste certame.





- **6.3.1 -** Carteira de identidade ou documento legal equivalente;
- 6.3.2 Estatuto ou Contrato Social (com a última alteração) atualizado;
- **6.3.3 -** Registro comercial, no caso de empresa individual e sua última alteração (atualizado).
- **6.4 -** Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes ou no início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pela Pregoeira ou por membro da sua equipe de apoio.
- **6.5 -** A não apresentação do documento de credenciamento não inabilita o licitante, mas impedirá o representante de se manifestar, impugnar e responder pela mesma.
- **6.6** Serão aceitas propostas escritas e documentação de habilitação enviados via correios ou entregues por portador, mas ficará impossibilitado de formular ofertas de lances verbais. O CISRUN não se responsabiliza por extravio ou atraso na entrega, bem como a entrega em locais diversos ou a pessoas diferentes das indicadas neste Edital.

6.7 – A COMPROVAÇÃO DE SE TRATAR DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADA, NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO, QUE PODERÁ SER FEITA ATRAVÉS:

- a) Em se tratando de microempresa ME ou empresa de pequeno porte EPP, a comprovação desta condição se efetuada mediante apresentação de Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, Documento de Enquadramento de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), emitido pela junta comercial, ou comprovante de inscrição junto ao simples nacional emitida pelo sítio http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21;
- b) A Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme descreve este edital;
- c) Declaração firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, conforme **Anexo V** deste Edital.
- **6.8 Deverá ser apresentado junto ao credenciamento:** declaração de pleno atendimento, conforme (**Anexo IV**);
- **6.9 Não farão jus aos benefícios, as empresas que incorrerem nos impedimentos indicados no §4°, do artigo 3°, da LC 123/2006 e suas alterações. 6.10 –** O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.





VII - APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE "PROPOSTA COMERCIAL" E "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

7.1 – Os envelopes "**Proposta Comercial**" e "**Documentação de Habilitação**" deverão ser entregues ao Pregoeiro no momento do Credenciamento para este certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desclassificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

AO PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS GERAIS PROCEDIMENTO LICITATÓRIO №. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP №. 001/2023 "PROPOSTA COMERCIAL" RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO LICITANTE

AO PREGOEIRO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS GERAIS PROCEDIMENTO LICITATÓRIO №. 001/2023
PREGÃO PRESENCIAL SRP №. 001/2023
"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO DO LICITANTE

- 7.2 Todos os documentos necessários à participação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio no ato da Sessão Pública.
- 7.3 Serão aceitas propostas escritas enviadas pelos correios ou entregues por portador sem poderes para formular propostas e praticar atos durante a sessão, sendo o endereço para envio o disposto no preâmbulo do presente edital. O autor da proposta não poderá dar lances ou praticar qualquer ato em seu favor durante a sessão.
- 7.4 O CISRUN não se responsabilizará pela entrega em locais diversos ou a pessoas diferentes das indicadas neste Edital.

VIII - DAS PROPOSTAS

8.1 – A PROPOSTA **<u>DEVERÁ</u>** ser apresentada em linguagem clara e objetiva, evitando-se erros ou rasuras, em 1 (uma) via impressa por folhas de tamanho único, que identifique a LICITANTE, devidamente assinada por responsável legal da





LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da mesma (anexo II do edital);

- 8.1.1 Além de ser apresentada em meio físico, <u>PODERÁ</u> ser apresentada também em CD-ROM e / ou "pen drive" contendo a PROPOSTA com o mesmo conteúdo da proposta em meio físico, no formato próprio do sistema enviado em planilha do Excel a parte, devendo ser preenchido somente os campos solicitados: Razão Social, CNPJ, Marca/Fabricante e Valor Unitário. Em caso de divergência entre as duas, prevalecerá o documento apresentado em meio físico (anexo II do edital), para exportação para o sistema próprio de pregão;
- 8.1.2 A Licitação compõe-se de itens.
- 8.1.2.1 Não poderá, ainda, impor condições ou conter opções.
- 8.1.3 Será admitida a proposta que oferte apenas uma marca e/ou fabricante e um preço e/ou desconto para cada item desta licitação;
- 8.1.3.1 A proposta que não trouxer no seu bojo a marca será desclassificada;
- 8.2 Todas as condições estabelecidas no Anexo I considerar-se-ão tacitamente aceitas pela licitante no ato da entrega de sua proposta comercial.
- 8.2.1 Nos preços propostos deverão estar incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais se darão a expensas da CONTRATADA.
- 8.3 O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública.
- 8.4 A Proposta que não trouxer no seu bojo o prazo de validade, ou apresentar prazo de validade diferente do que indicado no item 8.3, será considerada válida pelo período de **60 (sessenta) dias** contados a partir da data da sessão pública.
- 8.5 Na composição dos valores dos itens deverão estar cotados todos os itens do mesmo, para que haja a integralidade do objeto cotado.

IX – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS.

- 9.1 No dia, hora e local designados neste Edital, o(a) Pregoeiro(a), que dirigirá a sessão, após abertura da mesma, na presença dos representantes de todas as licitantes, devidamente credenciadas, na forma prevista na clausula 6, e demais pessoas que queiram assistir ao ato, receberá os envelopes de nº. 01 Proposta e nº. 02 Habilitação devidamente identificada e lacrados, de cada licitante, admitindo-se, contudo, a entrega por pessoas não previamente credenciadas, sendo registradas em ata os nomes das licitantes
- 9.2 Tão logo tenham sido recebidos os envelopes, o(a) Pregoeiro(a) comunicará aos presentes que a partir daquele momento não mais serão admitidas novas licitantes ao certame.





- 9.3 Concluídas a fase de credenciamento dos representantes das licitantes e recebimento dos envelopes, o(a) Pregoeiro(a) promoverá a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, conferindo-as e rubricando todas as suas folhas.
- 9.4 Após a entrega dos envelopes não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).
- 9.5 Aberta a sessão que será conduzida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, esta fará conferência dos envelopes dos licitantes credenciados, quanto a sua inviolabilidade, momento em que dar-se o início a fase de classificação com a abertura do (ENVELOPE Nº1).

X - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO - CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

- 10.1 Observado os critérios previstos nos títulos VI, VII, VIII e IX, o julgamento da licitação será dividido em duas etapas (Classificação das propostas e Habilitação) e obedecerá, quanto à classificação das propostas, ao critério de **MENOR PREÇO UNITÁRIO** do objeto deste Edital.
- 10.2 Será desclassificada a proposta que:
- 10.2.1 Não se refira à integralidade do objeto;
- 10.2.2 Não atenda às exigências estabelecidas neste Edital ou em diligência;
- 10.2.3 Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem ao produto de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no art. 44, § 3º e art. 48, II da Lei nº 8.666/93.
- 10.2.4 Se o(a) Pregoeiro(a) entender que há indícios de inexequibilidade do preço, fixará prazo para que o licitante demonstre a formação do seu preço, por meio de planilha de custos, justificativas e demais documentos comprobatórios.
- 10.2.5 Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se o licitante às sanções legais.
- 10.2.6 Quaisquer erros de soma e/ou multiplicação apurados na Proposta Comercial serão corrigidos pela Equipe de Apoio, de forma a prevalecer, sempre, o valor total menor ou igual ao valor do lance ofertado na sessão do Pregão ou o valor negociado com o(a) Pregoeiro(a), após diligência e mediante expressa anuência do licitante.
- 10.2.7 Serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal.
- 10.2.8 Não se considerará qualquer oferta de vantagem no julgamento da proposta.





- 10.2.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.
- 10.3 A etapa de classificação de preços, que compreenderá a ordenação das propostas de todas as licitantes, classificação das propostas passíveis de ofertas de lances verbais, das licitantes proclamadas para tal, classificação final das propostas e exame da aceitabilidade da proposta da primeira classificada, quanto ao valor.
- 10.3.1 Durante a etapa de lances não será permitido o uso de celulares para a consulta de preços. Quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), o licitante desejar efetuar ligações para consulta de preços, ou estiver ausente da sala de licitações seja qual for o motivo, o mesmo perderá o direito ao lance e será excluído da etapa de lances para aquele item.
- 10.3.2 Somente serão aceitas as consultas efetuadas via telefone na fase de negociação caso o preço do licitante não esteja compatível com o preço médio obtido na consulta ao mercado, quando este tiver interesse em cobrir o preço apurado na pesquisa de mercado.
- 10.3.3 A etapa de habilitação compreenderá a verificação e análise dos documentos apresentados no envelope "Documentos de Habilitação" da licitante classificada em primeiro lugar, relativamente ao atendimento das exigências constantes do presente Edital.
- 10.4 Etapa de Classificação de Preços:
- 10.4.1 Serão abertos os envelopes "Proposta de Preços" de todas as licitantes.
- 10.4.2 O(a) Pregoeiro(a) informará aos participantes presentes quais licitantes apresentaram propostas de preço para o fornecimento do objeto da presente licitação e os respectivos valores ofertados.
- 10.4.3 O(a) Pregoeiro(a) fará a ordenação dos valores das propostas, em ordem crescente, de todas as licitantes.
- 10.4.4 − O(a) Pregoeiro(a) classificará a licitante da proposta de menor preço para o item e aquelas licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais.
- 10.4.4.1 O valor máximo, em reais, das propostas a serem admitidas para a etapa de lances verbais, conforme subitem 10.4.4, será o valor da proposta válida de menor preço, multiplicado por 1,10 (uma vírgula dez), desprezando-se a terceira casa decimal.
- 10.4.5 Quando não houver, pelo menos, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas, até o máximo 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.
- 10.4.6 Em seguida, será iniciada a fase de apresentação de lances verbais a serem propostos pelos representantes das licitantes classificadas para tanto, lances





verbais estes que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, ficando esclarecido que o valor do primeiro lance verbal deverá ser inferior ao valor da menor proposta escrita ofertada.

- 10.4.7 O(a) Pregoeiro(a) convidará os representantes das licitantes classificadas (para os lances verbais), a apresentarem, individualmente, lances verbais, a partir da proposta escritas classificada como menor preço, prosseguindo sequencialmente, em ordem decrescente de valor.
- 10.4.8 O(a) Pregoeiro(a) poderá estabelecer lances mínimos a serem ofertados de acordo com o item a ser adquirido.
- 10.4.9 Caso não mais se realizem lances verbais, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, exclusivamente pelo critério de menor valor unitário.
- 10.4.10 A desistência em apresentar lance verbal, para determinado item, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão da licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais para aquele item, ficando sua última proposta registrada para classificação, no final da etapa competitiva.
- 10.4.11 Caso não se efetive nenhum lance verbal, será verificado a compatibilidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 10.4.12 Declarada encerrada a etapa competitiva e classificadas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivada e expressamente a respeito.
- 10.4.13 Se a oferta não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda integralmente ao Edital.
- 10.4.14. È vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- 10.4.15 Caso haja empate nas propostas escritas, ordenadas e classificadas, e não se realizem lances verbais, o desempate se fará por sorteio, em ato público, na mesma sessão do Pregão.
- 10.4.16 Nas situações previstas nos subitens 10.4.10 e 10.4.13, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o representante credenciado para que seja obtido o melhor preço para CISRUN.
- 10.4.17 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às sanções administrativas previstas na legislação vigente.
- 10.4.18 Será desclassificada a proposta que contiver preço ou entrega dos materiais condicionados a prazos, descontos, vantagens de qualquer natureza não previstos neste Pregão;
- 10.4.19 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.





- 10.5 Etapa de Habilitação, Declaração da Licitante Vencedora e Adjudicação:
- 10.5.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 10.3 e 10.4 deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) anunciará a abertura do envelope referente aos "Documentos de Habilitação" desta licitante.
- 10.5.2 As micro-empresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 10.5.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a micro empresa ou empresa de pequeno porte terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Publica, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa.

A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10.5.4 – Constatado o atendimento das exigências previstas neste Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação, pelo próprio(a) Pregoeiro(a), na hipótese da inexistência de recursos, ou desistência de sua interposição, e pela autoridade titular do órgão promotor do certame, na hipótese de existência de recursos e desde que improvisos, face ao reconhecimento da regularidade dos atos procedimentais.

10.5.5 – Se a licitante desatender as exigências licitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subseqüente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto do certame, pelo(a) Pregoeiro(a).

10.5.6 – Da sessão do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, que mencionará as licitantes credenciadas, as propostas escritas e as propostas verbais finais apresentadas, a ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Pregoeiro(a), sua equipe de apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) da(s) licitante(s) ainda presente(s) à sessão.

10.5.7 – Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do(a) Pregoeiro(a), devidamente lacrados, caso a Licitante aceite a inclusão no cadastro de reserva. Se não houver a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN

Av. Francisco Peres, Nº 200 A – Bairro Interlagos – CEP: 39.404-632 – Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 – E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





aceitação no cadastro de reserva pelas Licitantes presentes, os envelopes serão devolvidos no encerramento da sessão e aqueles encaminhados via correios ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

10.5.8. Será incluído, na Ata de Registro de Preços na forma de anexo (CADASTRO DE RESERVA), o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame.

10.5.9. Sendo aceito pelas licitantes participantes sua inclusão no Cadastro de Reserva, conforme disposto no item 10.5.8 acima, a Pregoeira Oficial efetivará a abertura do envelope de Documentação de Habilitação, com a respectiva análise e julgamento; conforme prevê este Edital Convocatório.

XI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

11.1 – A documentação, <u>referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, econômico financeira e técnica (se o for caso),</u> deverá ser apresentada de acordo com o disposto neste edital, em original ou em cópia devidamente autenticada e conter, obrigatoriamente, todos os requisitos abaixo, sob pena de inabilitação:

11.2- Habilitação Jurídica:

- 11.2.1 registro comercial, no caso de empresa individual;
- 11.2.2 ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 11.2.3 inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 11.2.4 decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.3 – Da Regularidade fiscal:

- 11.3.1 Prova no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 11.3.1 Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;





- 11.3.2 Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- 11.3.3 Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;
- 11.3.4 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **FGTS**, emitida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- 11.3.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **CNDT**, emitida em todos os portais da Justiça do Trabalho na rede mundial de computadores (Tribunal Superior do Trabalho http://www.tst.jus.br/certidao);

11.4 – Qualificação Econômico-Financeira e qualificação Técnica:

- 11.4.1 **Certidão negativa de falência** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica (Ex: http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/certidao-judicial);
- 11.4.2 **Alvará Sanitário para os itens (**saneantes domissanitários, cosméticos, correlatos e higiene pessoal);
- 11.4.3 Autorização de Funcionamento emitida pela Anvisa (AFE) para os itens (saneantes domissanitários, cosméticos, correlatos e higiene pessoal);
- 11.4.4 Apresentação de **atestado (s)** fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando que a Licitante já prestou o serviço, objeto da mesma natureza do presente instrumento convocatório/edital e os mesmos foram prestados de maneira satisfatória à qualidade e quantidade.
- 11.5 A Microempresa ME e Empresa de Pequeno Porte EPP deverá apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.
- 11.6 O licitante obriga-se a declarar a superveniência de fato impeditivo da habilitação, observadas as penalidades cabíveis.
- 11.7 O(a) Pregoeiro(a) e a equipe de apoio efetuarão consulta ao *site* da Receita Federal para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, em observância à legislação pertinente, confirmando, ainda, a autenticidade dos demais documentos extraídos pela *internet*, junto aos *sites* dos órgãos emissores, para fins de habilitação.





- 11.8 Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- 11.8.1 Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da **matriz**:
- 11.8.2 Se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**:
- 11.8.3 Se o licitante for **matriz**, e o **executor** do contrato for **filial**, deverão ser apresentados tanto os documentos da matriz quanto os da filial;
- 11.8.4 Serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.
- 11.9 O CISRUN não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios presencias hipótese em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será inabilitado.
- 11.10 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 11.11 Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias anteriores à data de abertura do Pregão.
- 11.12 Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de discos magnéticos.
- 11.13 Em substituição a documentação de Habilitação poderá ser apresentado CRC expedido por qualquer órgão público federal, estadual ou municipal, desde que esteja em vigor na data da abertura do Envelope I, observando-se que os documentos exigidos na presente licitação que não forem expressos no referido CRC deverão ser apresentados, bem como aqueles que expressos no CRC estiverem com sua vigência vencida.
- 11.14 Os documentos exigidos na fase de Habilitação e que forem regularmente apresentados na fase de Credenciamento, ficam dispensados de apresentação.

XII - RECURSOS E CONTRARRAZÕES

- 12.1 Os licitantes que tiverem manifestado, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), após a declaração do vencedor, nos termos do Título X, deverão apresentar suas razões no prazo <u>único</u> de 3 (três) dias úteis, a partir do dia seguinte ao término do prazo para manifestação.
- 12.1.1 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.
- 12.1.2 No prazo recursal, fica assegurada vista dos autos.





- 12.1.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.
- O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:
- 12.1.4 ser dirigido ao Presidente do CISRUN, aos cuidados do(a) Pregoeiro(a), no **prazo de 3 (três) dias úteis**, conforme estabelecido neste Edital;
- 12.1.5 ser encaminhado via correio, ser <u>protocolizado</u> na sala da Coordenadoria de Licitações ou encaminhada via e-mail com assinatura digital, em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, número do CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado do licitante, acompanhado de cópia do documento de identificação e CPF do signatário e comprovante do poder de representação legal.
- 12.2 O Pregoeiro não se responsabilizará por razões ou contrarrazões endereçadas por outras formas ou outro endereço Presencial, e que, por isso, sejam intempestivas ou não sejam recebidas.
- 12.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4 O recurso será apreciado pelo(a) Pregoeiro(a), que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior, que decidirá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento.
- 12.5 A decisão acerca de recurso interposto será divulgada por meio de publicação nos jornais IOF/MG e Diário Oficial dos Municípios Mineiros-AMM.

XIII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1 Inexistindo manifestação recursal, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade competente homologar o procedimento licitatório.
- 13.2 Os demais licitantes classificados em segundo e terceiro lugares, desde que suas propostas estejam dentro do valor estimado, terão seus preços registrados.
- 13.3 Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XIV – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

14.1 – Homologado o resultado da licitação, o fornecedor mais bem classificado por item, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e nas condições estabelecidas no presente edital, podendo esse





prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo CISRUN.

- 14.2 Serão registrados na ata de registro de preços os preços e quantitativos da licitante mais bem classificado durante a fase competitiva.
- 14.3 Será incluído, na respectiva ata na forma de anexo (CADASTRO DE RESERVA), o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação FINAL do certame.
- 14.4 Funcionará como anexo a que se refere o item acima, cópia da ata de sessão de julgamento do pregão na qual os demais licitantes classificados após o vencedor declararem expressamente sua concordância em substituí-lo, eventualmente, nas mesmas condições do primeiro colocado, inclusive quanto ao preço.
- 14.5 O registro a que se refere o item acima tem por objetivo a formação de CADASTRO DE RESERVA no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses de cancelamento previstas neste Instrumento Convocatório/Edital.
- 14.6 É facultado ao CISRUN, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas, convocar as licitantes remanescentes na forma do art. 4º, inc. XXIII da Lei Federal 10.520/2002, até que obtenha êxito em firmar compromisso para o Item(ns) ou lote (s), conforme o caso;
- 14.7 A ata de registro de preços não gera a obrigatoriedade de aquisição por parte do CISRUN, porém implicará em compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas pelos licitantes vencedores após cumpridos os requisitos de publicidade;
- 14.8 A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- 14.9 A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual (se for o caso), emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 14.10 A existência de preços registrados não obriga o CISRUN a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições;
- 14.11 A Ata de Registro de Preços (ARP) terá validade de 12 (doze) meses, a partir de sua formalização;
- 14.12 Os contratos ou instrumentos congêneres poderão ser firmados até o último dia de vigência da Ata de Registro de Preços, independentemente do prazo de execução, podendo ainda aqueles ser aditados e prorrogados na forma da Lei Federal 8.666/93:





- 14.13 A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por outros órgãos, sendo possível a Adesão a Ata de Registro de Preços, conforme art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013;
- 14.14 O fornecedor garantirá a entrega dos materiais nas marcas apresentadas no processo licitatório por todo o período de vigência do contrato/ata de registro.
- 14.15 O CISRUN reserva-se o direito de não receber os materiais em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato/ata de registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº. 8.666/93.

XV - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 15.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISRUN pelo seu Setor de Compras, órgão gerenciador do presente Registro de Preços, promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 15.2 Quando o preço registrado tornar-se superior àquele praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;
- 15.3 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- 15.4 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original da fase de lances do Pregão;
- 15.5 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 15.5.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 15.5.2 Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 15.6 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;
- 15.7 O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 15.7.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 15.7.2 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar





superior àqueles praticados no mercado; ou

- 15.7.3 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 15.8 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 15.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 15.9.1 Por razão de interesse público; ou
- 15.9.2 A pedido do fornecedor, mediante justificativa devidamente aceita pelo CISRUN.

XVI - DO PAGAMENTO

- 16.1 As despesas decorrentes do presente SRP serão suportadas pelas dotações do Orçamento Fiscal deste exercício de 2023, e serão detalhadas por ocasião das contratações; com recursos Próprios e/ou convênio das respectivas Gerências solicitantes.
- 16.2 O Pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado de forma integral, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal, relatório de faturamento e CND's Federal, Estadual, FGTS e Trabalhista, acompanhadas das ordens de fornecimento, devidamente assinadas.
- a) Para emissão das faturas, serão tomadas como base, as ordens de fornecimento apresentadas.
- b) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

XVII - DAS PENALIDADES

- 17.1 Ficará impedido de licitar e de contratar com o CISRUN e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços ou Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- I não assinar a ata de registro de preços ou contrato;





- II não entregar a documentação exigida no edital;
- III apresentar documentação falsa;
- IV causar o atraso na execução do objeto;
- V não mantiver a proposta;
- VI falhar na execução da ARP ou contrato;
- VII fraudar a execução da ARP ou contrato;
- VIII comportar-se de modo inidôneo;
- IX declarar informações falsas; e
- X cometer fraude fiscal.
- 7.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
- I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato/ata de registro, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;
- II. 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- III. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir da Ata de Registro de Preços ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.;
- 7.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo CISRUN. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 7.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do CISRUN no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

XVIII - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 18.1 O setor competente para receber, autorizar, conferir e fiscalizar os objetos desta licitação será o Departamento Requisitante com o auxílio do Departamento de Gestão de Contratos, observado o artigo 67, da Lei Federal no 8.666/93.
- 18.2 Na ocorrência de atrasos na prestação dos serviços, o CISRUN poderá aplicar as penalidades previstas neste Edital e na Lei 8666/93 e suas alterações.





XIX - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1 A participação na licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes licitantes às condições deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.
- 19.2 A proponente licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 19.3 Reserva-se a Pregoeira Oficial do CISRUN, o direito de solicitar durante o julgamento do certame informações complementares.
- 19.4 No interesse do CISRUN, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- 19.4.1 Adiada a data da abertura desta licitação.
- 19.4.2 Alterada as condições do presente instrumento convocatório/edital com fixação de novo prazo para a sua realização.
- 19.5 Não se permitirá a qualquer das proponentes licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.
- 19.6 As normas que disciplinam este Pregão Presencial para Registro de Preços serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do CISRUN, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, conforme prevê este Edital.
- 19.8 A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. A licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

XX - DA PUBLICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

20.1 - O extrato da Ata de Registro de Preços, demais atos administrativos, dentre eles a cópia da ata, do termo de adjudicação, do termo de homologação e resultado do processo, bem como as decisões da Autoridade Superior/Competente e da Pregoeira serão publicadas na Imprensa Oficial (Quadro de Avisos do CISRUN); podendo, quando for o caso, ser aplicado o disposto no § 1º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.





XXI - DOS ANEXOS

- 21.1 Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:
- 21.1.1 Anexo I Termo de Referência;
- 21.1.2 Anexo II Modelo de Proposta Comercial de Preços;
- 21.1.3 Anexo III Modelo de Carta de Credenciamento;
- 21.1.4 Anexo IV Modelo de Declaração de pleno atendimento;
- 21.1.5 Anexo V Modelo de Declaração de ME, EPP ou Equiparadas;
- 21.1.7 Anexo VI Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 21.1.8 Anexo VII Minuta do Contrato.

XXII - DO FORO

- 22.1 Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.
- 22.1 Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a este Instrumento, serão prestados pelo setor Licitação através e-mail ou diretamente na sede do CISRUN, Av. Francisco Peres, nº 200 A, Interlagos, Montes Claros/MG, nos horários das 08h00min às 12h00min ou de 13h30min às 17h30min. Departamento de Licitações.

Montes Claros/MG, 04 de janeiro de 2023.

Edilene B. Cangussu Pregoeira Oficial

Gabriel Antunes Madureira Equipe de apoio Cláubia Leão Silva Equipe de apoio

Examinado e conferido: Dra. Roberta Soares Aquino

Assessoria Jurídica – OAB/MG: 111.649





ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

1 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER DEMANDA DO CISRUN/SAMU MACRO NORTE.

JUSTIFICATIVA: Os materiais e produtos de limpeza são necessários à higienização dos estabelecimentos do CISRUN-SAMU, visto que, para o bom funcionamento das atividades e dos serviços prestados, é imprescindível que o ambiente de trabalho, encontre-se em boas condições de uso.

Item	Qtd. Op.	Qtd. Adm.	Unid.	Descrição	
			Unid.	Ácido muriático (Ácido clorídrico)	
1	100			Embalagem de 1 litro, para a remoção de manchas resultantes da umidade em	
				pisos e paredes de pedras, azulejos, tijolos e outros.	
			Frs.	Água sanitária 01 Litro	
2	3000			Composição: Hipoclorito de Sódio, estabilizante e veículo. Princípio ativo:	
_				Hipoclorito de Sódio (2,0% e 2,5% p/p) de cloro ativo. Ação alvejante, germicida,	
				desinfetante e bactericida. Volume do Frasco: 01 Lt	
			Unid.	Bacia plástica 60 Litros	
3	200			Bacia de plástico para limpeza. Resistente. Medidas aproximadas de	
	200			62,39x39x32 (largxcompxalt). Peso aproximadamente de 2,32Kg com tampa.	
				Capacidade: 60 litros.	
				Balde plástico 20 Litros	
	200		Unid.	Balde com capacidade para armazenamento de 20 litros, Resistente, com altura	
4				aproximada de 372 mm, diâmetro superior de 300mm e com diâmetro inferior	
				com 265mm. Totalizando uma capacidade real de 20.900ml. Volume da Unidade:	
				20 Lts	
	200		Unid.	Balde plástico 100 Litros	
5				Balde com capacidade para armazenamento de 100 litros, na cor branca,	
				Resistente, com altura aproximada de 69cm de altura e 51cm de diâmetro e com	
				tampa. Volume da Unidade: 100 Lts.	
	4600) F		Desinfetante 02 Litros	
6				Para desinfecção de vasos sanitários, ralos e latas de lixo. Para limpeza e	
			Frs.	desinfecção de pisos, pias, azulejos e superfícies laváveis. Não danifica o brilho	
				natural e deixa perfume agradável (<u>Fragrâncias variadas</u>). Bactericída e	
				fungicida. Ação bactericida frente às cepas: Salmonella choleraesuis,	
				Staphylococcus aureus. Com tensoativo não iônico e cloreto de dimetilalquil	

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A – Bairro Interlagos – CEP: 39.404-632 – Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 – E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





l]		benzilamoneo a 50% -1 ativo. Conteúdo: 2 litros.			
7	1500	Frs.	Detergente automotivo 5 Litros Alto poder emulsionante e espumante. Garantia de remoção eficiente de diversos tipos de sujidades sem agredir a pintura. Produto com tensoativo biodegradáve ideal para veículos e motos em geral. Conteúdo: 5 litros.			
8	3800	Frs.	rendimento, economia e fórmula biodegradável que diminui o impacto ao meio ambiente. Conteúdo: 500ml. Similar, equivalente ou superior a marca YPÊ.			
9	200	Unio	Escova de roupa Ideal para lavar, escovar e esfregar tecidos pesados, superfícies rústicas e semirústicas, resistente e durável. Pegada confortável em plástico se encaixa perfeitamente na mão para uso de destros e canhotos por possuir característica oval. Textura antiderrapante e molhada e ensaboada fica firme na mão. Volume da Unidade: Único			
10	200	Unio	Escova para banheiro Escova sanitária com cerdas crespas e circulares embutidas que permite uma melhor limpeza da borda do vaso sanitário; produto higiênico, prático e funcional e vem com suporte próprio para a escova, resistente e durável. Com aproximadamente em dimensões de 34,5 x 12 cm a 37,5 x 12,5. Volume da Unidade: Único			
11	200	Unic	Esfregão para lavar ambulância Dimensões: 30x9x6 cm. Cabo 28 mm x 1,50 m ou 2 m. Cerdas de P.E.T 0,2 mm plumadas e com espuma para reter shampoo(pat- req) Para lavar veículos, ônibus, pára-brisas, vitrines, tanques, containers, etc. Produto desenvolvido para carrocerias de ônibus e carrocerias baús de caminhões e carretas. Utilizado com cabo de 2.00 m ou extensores conforme necessidade. Produto vendido com cabo separadamente. Totalmente sintético, ideal para lavar carrocerias frigoríficas (internamente). Volume da Unidade: Único			
12	2800	Unic	Esponja dupla face Esponja dupla-face multi-uso, medida igual ou superior a 100x71x20mm, bicolor:			
13	530	PCT	Esponja de lã de aço Para limpeza e polimento de utensílios domésticos como: panelas, talheres, fogões, além de banheiros e outros. Composição em lã de aço carbono, de textura macia, isenta de sinais de oxidação. Volume do Pacote; com 08 esponjas de aço.			
14	550	Unid	brilho e qualidade na limpeza. Lustra e seca diversa superfícies. Volume da Unidade: Único.			
15	100	Unid	para evitar escorregamento. Fabricado em metal inox (inclusive a tampa). Volume da Unidade: 10 Lts.			
16	1000	Par	Luva látex nitrílica verde (Tamanho M) Fabricada em borracha nitrílica natural; Antiderrapante na palma e na face			





		,	T
			palmar dos dedos. Parte interna forrada com algodão. Formato anatômico.
			Tamanho: M. Valor da Unidade: Par.
17			Luva látex nitrílica verde (Tamanho P)
	1000	Par	Fabricada em borracha nitrílica natural; Antiderrapante na palma e na face
	1000		palmar dos dedos. Parte interna forrada com algodão. Formato anatômico.
			Tamanho: P. Valor da Unidade: Par.
			Luva látex nitrílica verde (Tamanho G)
18	1000	Par	Fabricada em borracha nitrílica natural; Antiderrapante na palma e na face
10	1000	Fai	palmar dos dedos. Parte interna forrada com algodão. Formato anatômico.
			Tamanho: G. Valor da Unidade: Par.
			Mangueira 30 metros
40	100	Linid	Engate rápido e esguicho, com aproximadamente 1/2"" de uso doméstico, na cor
19	100	Unid.	verde, comprimento de 30 metros e parede interna de 2,0mm a 3,0mm com
			borracha siliconada. Volume da unidade: Único.
			Pá para coleta de lixo, com cabo longo
20	100	Unid.	Pá de metal com aproximadamente 15 x18 cm tendo como medida do cabo de
			61 cm (madeira e/ou metal). Volume da Unidade: Único.
			Pano de chão
21	3000	Unid.	Pano para limpeza de chão, cru 100 % algodão com 18 batidas, tipo saco,
			medindo 60 x 80cm e pesando no mínimo 140g. Volume da Unidade: Único
			Papel higiênico (Fardo com 16 pacotes c/ 4 unidades de 60m x 10cm)
			Descrição: Papel de folha simples, na cor branca, fabricada a partir de 100%
			fibras naturais virgens, em rolos. O produto deverá estar de acordo com as
			normas da ABNT NBR 15464-1/2007 NBR 15134/2007 NBR NM-ISO2470/2001
			e NBR 15004/2003. Deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e
			homogêneo. Não poderá esfarelar durante o uso e não poderá apresentar odor
			desagradável (não característico) e corte imperfeito, Não poderá apresentar
			enrugamento com dobras Deverá apresentar resistência adequada à tração.
			Deverá ainda, ser enrolado de maneira uniforme, adequadamente, apertado em
			um tubo de papelão resistente de modo a suportar sem deformação as
22	800	Fardo	condições de estocagem, transporte e trabalho, apresentando corte lateral sem
		l lardo	rebarbas. O acondicionamento do papel higiênico, em rolos, sob a forma de
			embalagem coletiva (fardos) deverá conter 16 pacotes com 4 unidades de 60 m x
			10 cm conforme indicação quantitativa e demais exigências previstas na Portaria
			153, de 19/maio/2008 – INMETRO. O fardo deverá ser resistente e adequado
			para suportar o manuseio e as condições do transporte ou da estocagem sem
			romper-se. Volume do Pacote: 04 rolos de papel higiênico.
			* O veneader de item deveré envecenter emestre made de ser envected
			* O vencedor do item deverá apresentar amostra, podendo ser apresentada
			durante a sessão.
			Band hinitinia (Fords can 40 persons (4 at late to 20 persons)
			Papel higiênico (Fardo com 16 pacotes c/ 4 unidades de 60m x 10cm)
			Descrição: Papel de folha simples, na cor branca, fabricada a partir de 100%
23	200		fibras naturais virgens, em rolos. O produto deverá estar de acordo com as
			normas da ABNT NBR 15464-1/2007 NBR 15134/2007 NBR NM-ISO2470/2001
			e NBR 15004/2003. Deverá dissolver-se em água, macio, absorvente e
		Fardo	homogêneo. Não poderá esfarelar durante o uso e não poderá apresentar odor
20			desagradável (não característico) e corte imperfeito. Não poderá apresentar
			enrugamento com dobras deverá apresentar resistência adequada à tração.
			Deverá ainda, ser enrolado de maneira uniforme, adequadamente, apertado em
			um tubo de papelão resistente de modo a suportar sem deformação as
			condições de estocagem, transporte e trabalho, apresentando corte lateral sem
			rebarbas. O acondicionamento do papel higiênico, em rolos, sob a forma de

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A – Bairro Interlagos – CEP: 39.404-632 – Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 – E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





			embalagem coletiva (fardos) deverá conter 16 pacotes com 4 unidades de 60 m x 10 cm conforme indicação quantitativa e demais exigências previstas na Portaria 153, de 19/maio/2008 – INMETRO. O fardo deverá ser resistente e adequado para suportar o manuseio e as condições do transporte ou da estocagem sem romper-se. Volume do Pacote: 04 rolos de papel higiênico. * O vencedor do item deverá apresentar amostra, podendo ser apresentada durante a sessão.
24	4400	Pct.	Papel toalha Descrição: Toalha de papel interfolhado, na cor branca. 100% fibras naturais, celulose virgem, com tamanho entre 20x21 e 22,5x21, celulose virgem, pacote com quantidade no mínimo 1.000 folhas, com duas dobras, não perecível, com prazo de validade indeterminado com alto poder de absorção, gramatura mínima de 36G/M2 e peso aproximado de 1,175 kg o pacote. Volume do pacote: Único. * O vencedor do item deverá apresentar amostra, podendo ser apresentada
			durante a sessão.
25	1100	Pct.	Papel toalha Descrição: Toalha de papel interfolhado, na cor branca. 100% fibras naturais, celulose virgem, com tamanho entre 20x21 e 22,5x21, celulose virgem, pacote com quantidade no mínimo 1.000 folhas, com duas dobras, não perecível, com prazo de validade indeterminado com alto poder de absorção, gramatura mínima de 36G/M2 e peso aproximado de 1,175 kg o pacote. Volume do pacote: Único. * O vencedor do item deverá apresentar amostra, podendo ser apresentada durante a sessão.
26	80	Unid.	Porta papel toalha Tampa frontal basculante construído em plástico ABS reforçado na cor branca e base na cor cinza. Para uso de papel toalha interfolhas 2 ou 3 dobras. Capacidade para até 600 folhas, travas laterais acionadas por pressão, Visor frontal para inspeção do nível de papel remanescente. Fixação antifurto através de buchas expansíveis. Volume da unidade: Único.
27	200	Unid.	Rodo de 40 cm Rodo de borracha puxa e seca, com cabo de metal ou alumínio revestido e
28	200	Unid.	Borracha com tamanho da borracha de 40 cm. Volume: Unico. Rodo de 60 cm Rodo de borracha puxa e seca, com cabo de metal ou alumínio revestido e borracha com tamanho da borracha de 60 cm. Volume da Unidade: Único.
29	800	Unid.	Sabão barra 200 gramas Sabão em barra prensado, pedaço com 200g de peso, com registro no ministério da saúde, biodegradável, embalado unicamente, e excelente rendimento. Volume da Unidade: 200g
30	1500	Unid.	Sabão pó 500 gramas Sabão em pó, multiuso, com componente tensoativo, biodegradável, de boa qualidade de rendimento, com registro no Ministério da Saúde, rótulo com informações do fabricante, data de fabricação e validade de no mínimo de 01 ano quando da data da entrega. Volume da Unidade: 500g
31	1500	Frs.	Sabonete liquido 2 Litros Sabonete líquido suavemente perfumado para higienização das mãos, biodegradável, registro no Ministério da saúde, com rótulo de composição, de

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A – Bairro Interlagos – CEP: 39.404-632 – Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 – E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





	1						
			fabricação, com data de fabricação e de validade. Tendo como validade mínima				
			de 01 ano a contar da data da entrega. Volume do Frasco: 2 litros.				
			Saco branco 200 litros				
32	15.000	Unid.	Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500. Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares/infectantes. Constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191, da ABNT diminuindo assim, o risco de contaminação ou infecção das áreas por onde circula. Validade: Indeterminado; Cor: Branco; Volume da Unidade: 200 Lts				
33	16000	Unid.	Saco branco 20 litros Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500. Saco para acondicionamento de resíduos sólidos hospitalares/infectantes. Constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária à aplicação. A solda de fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191, da ABNT diminuindo assim, o risco de contaminação ou infecção das áreas por onde circula. Validade: Indeterminado; Cor: Branco; Volume da Unidade: 20 Lts				
34	25000	Unid.	Saco preto 100 litros Reforçado Saco de lixo ecologicamente correto, sem cheiro, em plástico resistente/reforçado, biodegradável, não adequado para conteúdo perfuro cortante e micras superior a 7. Cor: Preto. Volume 100 Lts				
35	25000	Unid.	Saco preto 40 litros Reforçado Saco de lixo ecologicamente correto, sem cheiro, em plástico resistente/reforçado, biodegradável, não adequado para conteúdo perfuro cortante e micras superior a 3. Validade: Indeterminado; Cor: Preto; Volume da Unidade: 40 Lts				
36	18000	Unid.	Saco preto de 60 litros Reforçado Saco de lixo ecologicamente correto, sem cheiro, em plástico resistente/reforçado, biodegradável, não adequado para conteúdo perfuro cortante e micras superior a 4. Validade: Indeterminado; Cor: Preto; Volume da Unidade: 60 Lts				
37	25	Unid.	Suporte organizador para vassoura e rodo Com corpo em alumínio e sistema de clips em nylon fixadores em borracha com capacidade para 6 acessórios (rodo e vassoura); Tamanho: aproximadamente 70 cm.				

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS - CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A - Bairro Interlagos - CEP: 39.404-632 - Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 - E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





38	200	Unid.	Vassoura Pelo Vassoura de pelo, doméstica, plástico, c/ cabo rosqueavel e suporte para pendurar, medindo aproximadamente 30 centímetros, com cabo de madeira ou alumínio revestido. Tamanho da Unidade: Único.	
39	200	Unid.	Vassoura Piaçava Vassoura piaçava, doméstica, plástico, c/ cabo rosqueavel, suporte para pendurar com cerdas de piaçava; com base de 30 centímetros; com cabo de madeira revestido medindo aproximadamente 30 cm. Tamanho da Unidade: Único.	
40	200	Unid.	Vassoura em Nylon Vassoura de nylon, doméstica, plástico, c/ cabo rosqueavel (tipo noviça), suporte para pendurar; com base de 30 centímetros; com cabo de madeira revestido medindo aproximadamente 30 cm. Tamanho da Unidade: Único.	

OBSERVAÇÕES:

- 1 A CONTRATADA deverá contemplar todos os custos relativos a despesas de entrega do objeto;
- 1.1 A entrega será parcelada conforme cronograma do CISRUN.

2 – OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ENTREGA:

- 2.1 A CONTRATADA terá obrigação de cumprir todas as exigências determinadas pelo Contratante no que se refere ao objeto, e entregar o objeto no local indicado pelo CISRUN.
- 2.2 Em caso de irregularidade não sanada pelo contratado, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;
- 2.3 2.1 A CONTRATADA terá obrigação de cumprir todas as exigências determinadas pelo Contratante no que se refere ao objeto, e entregar o objeto no local indicado pelo CISRUN;
- 2.2 Em caso de irregularidade não sanada pelo contratado, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;
- 2.3 Os itens 06 (Desinfetante), 07 (Detergente automotivo) e 31 (Sabonete líquido) deverão conter etiqueta adesiva constando: "MATERIAL DE USO HOSPITALAR";
- 2.4 O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3 - PRAZO DE ENTREGA:

3.1 – A entrega do objeto será conforme discriminando na Ordem de Compra, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da mesma.

4 - LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:





4.1– O local da entrega do objeto do certame será na Avenida Deputado Plínio Ribeiro, 2.306 - Bairro Monte Alegre, Cep: 39.401-474, Montes Claros/MG, em horário comercial, ou seja, 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min, sem nenhum custo adicional para o Contratante.

5 - CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

- 5.1 Ao apresentar sua proposta a empresa interessada em participar da licitação, deverá indicar a marca do material, se houver, sendo que, somente aquele material indicado será aceito para efeito de cumprimento do contrato e material de excelente qualidade para evitar transtornos;
- 5.2 Caso a empresa vencedora não tenha condições de fornecer os serviços e/ou itens com as especificações indicadas em sua proposta, deverá informar ao CISRUN, através de solicitação, de forma justificada, assinada e carimbada, encaminhada por escrito e/ou via e-mail, no prazo máximo de 24h00min. (vinte e quatro horas), e solicitar a substituição do serviço e/ou material por outro de qualidade semelhante ou superior.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

6.1. Das obrigações da CONTRATADA:

- 6.1.1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;
- 6.1.2 Permitir ou facilitar à fiscalização ou supervisão do CONTRATANTE a verificação de cumprimento das cláusulas da ARP, em qualquer momento, devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- 6.1.3 Os objetos desta licitação deverão ser entregues de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme requisição dos setores solicitantes, conforme especificado neste Termo de Referência;
- 6.1.4 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, materiais em desacordo com a ordem de compra;
- 6.1.5 Arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação, assim como obrigações trabalhistas e demais encargos referentes ao fornecimento dos materiais objeto da presente contratação, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas;
- 6.1.6 Fica estabelecido a obrigação de manter durante vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;





- 6.1.7 Responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- 6.1.8 A CONTRATADA deverá substituir imediatamente os materiais de má qualidade;
- 6.1.9 A CONTRATADA deverá entregar as notas fiscais em até dois dias após a emissão, para os setores responsáveis ou enviar via e-mail;
- 6.1.10 Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;

6.2 - Das Obrigações do CONTRATANTE:

- 6.2.1 Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a aquisição dos itens;
- 6.2.2 Emitir, por meio da Coordenadoria de Compras, a ordem de Compra;
- 6.2.3 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 6.2.4 Fiscalizar a execução da Ata/Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 6.2.5 Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações neste instrumento convocatório/Edital;
- 6.2.6 Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- 6.2.7 O pagamento decorrente da concretização da entrega do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria, através de departamento contábil, por processo legal, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, após atesto das notas fiscais pelo gestor do contrato e verificação pelo setor responsável pelo pagamento dos documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, especialmente quanto a regularidade junto ao FGTS, bem como as certidões negativas de débito junto a Fazendas Pública Federal e à justiça do Trabalho;
- 6.2.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao CISRUN plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

7 - DA ADESÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO REGISTRO DE PREÇOS:





- 7.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Administração da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 7.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a Administração e órgãos participantes.
- 7.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para a Administração e órgãos participantes.
- 7.4 O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Administração e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 7.5 Após a autorização da Administração, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 7.6 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Administração.

8 - FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

8.1 – O Coordenador do Almoxarifado Central e Departamento de Gestão de Contratos atuarão como gestores/fiscais da Ata de Registro de Preços, podendo ocorrer mudanças ou alterações, ou ainda indicação de servidor para fiscalização, alterações estas que serão informadas ao fornecedor em tempo hábil.

9 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

9.1 – O prazo de vigência da ARP será de 12 (doze) meses, a partir de sua formalização.

10 - DAS SANÇÕES:

10.1 – Ficará impedido de licitar e de contratar com o CISRUN e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços ou Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS - CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A - Bairro Interlagos - CEP: 39.404-632 - Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 - E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I não assinar a ata de registro de preços;
- II não entregar a documentação exigida no edital;
- III apresentar documentação falsa;
- IV causar o atraso na execução do objeto;
- V não mantiver a proposta;
- VI falhar na execução da ARP;
- VII fraudar a execução da ARP;
- VIII comportar-se de modo inidôneo:
- IX declarar informações falsas; e
- X cometer fraude fiscal.
- 10.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
- I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato/ata de registro, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;
- II. 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- III. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir da Ata de Registro de Preços ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.;
- 10.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo CISRUN. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 10.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

11 - DA RESCISÃO:

11.1 – A CONTRATANTE poderá rescindir a Ata de Registro de Preços, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, ou ainda nas hipóteses de:





- a) não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas, especificações ou prazos, por parte da (o) CONTRATADA (o);
- b) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução da ARP;
- c) ocorrência de atraso superior a 30 (trinta) dias após a solicitação da entrega, pelo CISRUN. Neste caso a (o) CONTRATADA (o) será multada conforme previsto na ARP.

12 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 12.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, diretamente á detentora comprovação da regular prestação dos serviços e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.
- 12.2 Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- 12.3 Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.
- 12.4 Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à prestação de serviço objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para o CISRUN, tais como contratação do motorista, combustível, manutenção preventiva e corretiva, tributos, e demais despesas diretas e indiretas.

13 – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE:

- 13.1 Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea "d", inc II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias após sua apresentação;
- 13.2 Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:
- a) indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômicofinanceiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;
- b) apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;





- d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas "a", "b" e "c", a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.
- 13.3 A solicitação de aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser efetuada antes da emissão da ordem de serviços.
- 13.4 Se houver formalização de contrato, os valores consignados poderão ser reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M ou IPCA, o que for mais vantajoso para o órgão.

14 - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

14.1 - A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da ARP/Contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

15 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 15.1 **Certidão negativa de falência** expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica (Ex: http://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/processos/certidao-judicial);
- 15.2 **Alvará Sanitário para os itens (**saneantes domissanitários, cosméticos, correlatos e higiene pessoal);
- 15.3 Autorização de Funcionamento emitida pela Anvisa (AFE) para os itens (saneantes domissanitários, cosméticos, correlatos e higiene pessoal);
- 15.4 Apresentação de **atestado (s)** fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando que a Licitante já prestou o serviço, objeto da mesma natureza do presente instrumento convocatório/edital e os mesmos foram prestados de maneira satisfatória à qualidade e quantidade.

Remington Diamantino França
Coordenação do Almoxarifado Central
CISRUN/SAMU 192 Macro Norte





ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (papel timbrado)

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

Todos os campos são de preenchimento obrigatório							
Razão Social							
CNPJ	CNPJ						
Endereço							
Telefone/Fax/email para contato e envio da ARP							
Telefone/Fax/email para contato e envio das Ordens de Compras							
Banco	Banco Agência (nome / nº)						
Dados do Signata	ário - para assinatura da ARP						
Nome:							
Cargo	rgo Identidade CPF						
Declaro que nos preços propostos encontra-se inclusos todos os tributos, encargos							
sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair							
sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com							
todas as normas deste edital e seus anexos.							

PLANILHA COM DESCRIÇÃO DOS ITENS (DISPONIBILIZADA EM ARQUIVO SEPARADO).

* A PROPOSTA <u>DEVERÁ</u> ser apresentada em linguagem clara e objetiva, evitando-se erros ou rasuras, em 1 (uma) via impressa por folhas de tamanho único, que identifique a LICITANTE, devidamente assinada por responsável legal CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN





da LICITANTE ou por pessoa legalmente habilitada a fazê-lo em nome da mesma;

* Além de ser apresentada em meio físico, <u>PODERÁ</u> ser apresentada também em CD-ROM e / ou "pen drive" contendo a PROPOSTA com o mesmo conteúdo da proposta em meio físico, no formato próprio do sistema enviado em planilha do Excel a parte, devendo ser preenchido somente os campos solicitados: Razão Social, CNPJ, Marca e Valor Unitário.

*A proposta que não trouxer em seu bojo a marca, **quando for necessário**, será desclassificada.

Valor Total da Propost	a ()		
Valor por Extenso:			
,			_;
A presente proposta te	em validade () dias	,	
Montes Claros/MG.	de	de	_

Carimbo da empresa / Assinatura do responsável





ANEXO III CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

Ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência do Norte Minas/CISRUN

4 en	npresa											na pe	ssoa
ob		Se	eu	ļ	represe	ntante			legal,		0	;	Sr(a)
										em	atend	imento	ao
dispo	sto n	0	Pregão	Pre	esencial	SRP	n	0	001/2023,	cre	dencia	como	seu
epre	sentar	nte	junt	0	à	Comi	ssã	0	de	Licit	ação	0	Sr.
											, pos	suidor	do
Docu	ımento)	de	I	dentida	de	nº	·				,	CPF
				, 0	com pod	deres p	ara	fo	rmulação d	de pr	opostas	s e a pr	ática
de to	dos os	s de	emais ato	os ir	nerentes	s ao pr	egã	o p	oresencial,	em r	nome d	a signat	ária,
ais	como),	realizar	la	ances,	assun	nir	С	ompromiss	os	(e de	mais	atos
oertir	nentes)											
ndic	amos į	oar	a os con	tato	s do Pr	egoeiro	o t	ele	efone nº ()			. е о
ax n	° () .			е	nos co	mpi	ror	netemos a	com	unicar a	ao CISF	RUN,
qualo	quer al	tera	ação nos	da	dos acir	na info	rma	do	S.				
						(Local	e da	ata	1)				

OBSERVAÇÃO: ESTE ANEXO DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO – FORA DOS ENVELOPES.





ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PLENO ATENDIMENTO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

	penas da lei, para os		•	•		
001/20	23, do Pregão Pres	sencial SRP nº.	001/2023,	promovido	pelo CISRUN	, a(o)
empres	a	,	inscrita	no CN	IPJ/MF sob	n.º
	, com	sede à		,	no CISRUN	l de
	, pelo seu	representante lega	al, infra-iden	tificado, DE	CLARA:	
			•	,		
1.	Que conhece e aceita	a o inteiro teor cor	npleto do ed	dital do Preg	gão supra identif	icado,
	ressalvado o direito	recursal, bem cor	no de que	recebeu too	dos os documei	ntos e
	informações necessa licitação;	árias para o cu	mprimento	integral da	as obrigações	desta
2.	Que até a presente c com a Administração		os impeditivo	os para hab	oilitação e contra	atação
3.	Que para fins do disp	osto no inciso V d	do art. 27 da	a Lei n° 8.60	66, de 21 de jun	ho de
	1993, acrescido pela	Lei n° 9.854, de	27 de outub	ro de 1999	, não emprega i	menor
	de dezoito anos em t	trabalho noturno,	perigoso ou	insalubre e	e não emprega	menor
	de dezesseis anos, sa	•	•	•	•	
4.	E que, portanto, em	•	•			
	10.520/2002, de 17 d	•			•	•
	do Processo Licitató	•		-		
	obrigações perante	o INSS, FGTS (e com as	Fazendas	Nacional, Estac	lual e
	Municipal.					
5.	Declara, ainda, estar	ciente da obrigato	riedade de i	nformar occ	orrências posteri	ores.
O signa	atário assume respons	abilidade civil e cri	iminal por ev	entual falsi	dade.	
	(1 1 1 ()		•			
	(local e data)	, O	ie	(de	
		Assinatura e car	imbo do CN	—— D I		
		Assiliatula E Cal		ıJ		

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO – FORA DOS ENVELOPES.





ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME, EPP OU EQUIPARADAS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

, inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
Carteira de Identidade nº e do CPF nº e do CPF nº DECLARA, sob as penas da Lei tratar-se de:
() MICROEMPRESA(ME)
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE(EPP)
() EQUIPARADA
Fazendo jus ao tratamento diferenciado garantido pela Lei Complementar 123/2006, e suas alterações.
Declara ainda, sob as penas da Lei, que não possui nenhum dos impedimentos previstos no §4°, do artigo 3º, da Lei Complementar 123/2006, e suas alterações.
, de de 2023.
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO - FORA DOS ENVELOPES.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A – Bairro Interlagos – CEP: 39.404-632 – Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 – E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





ANEXO VI

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS №____2023

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO
NORTE DE MINAS-CISRUN, COM ENDEREÇO NA AVENIDA FRANCISCO
PERES, Nº 200 A, BAIRRO INTERLAGOS - CEP 39.400-970 - MONTES
CLAROS/MG, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 11.636.961/0001-03, ISENTO DE
INSCRIÇÃO ESTADUAL, NA PESSOA DO SEU PRESIDENTE, SR. MARCELO
MEIRELES DE MENDONÇA, DENOMINADO DE CONTRATANTE, E A
INSCRITA NO CNPJ SOB Nº,
ESTABELECIDA NA RUA, AQUI DENOMINADA DE
CONTRATADA, NESTE ATO REPRESENTADO POR SEU REPRESENTANTE
LEGAL, INSCRITO NO CPF SOB O N.º
, RESOLVEM FIRMAR A PRESENTE ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS; EM FACE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2023 -
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2023, SOB A
REGÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, SUAS ALTERAÇÕES E MEDIANTE AS
SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PREÇOS REGISTRADOS
OBJETO : REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ATENDER DEMANDA DO CISRUN/SAMU
MACRO NORTE.

DADOS DO VENCEDOR

classificação obtida no certame licitatório:

1.1. Os preços das empresas classificadas e as especificações registradas na presente Ata encontram-se indicados no quadro abaixo, observando-se a ordem de





1ª Classificada:				
CNPJ:				
Endereço :				
E-mail :				
Telefone/Fax :				
Representante:				
ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA	VALOR	VALOR TOTAL
Conforme Anexo I do Edital			UN.	

- 1.2. O valor total desta Ata de Registro de Preços é de **R\$.....** (......).
- 1.3. A contratação/aquisição de do produto, objeto desta Ata, será formalizada por meio de nota de empenho de despesa ou contrato conforme conveniência da administração, após a emissão da ordem de compras pelo Departamento de Compras.
- 1.4. O **FORNECEDOR**, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo do Edital de Licitação do Processo Licitatório nº 001/2023, que integra esta Ata como se nela estivesse transcrito.
- 1.5. As despesas decorrentes das aquisições não comprometerão as dotações orçamentárias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

- 2.1 O Pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado de forma integral, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal, relatório de faturamento e CND's Federal, Estadual, FGTS e Trabalhista, acompanhadas das ordens de fornecimento, devidamente assinadas.
- a) Para emissão das faturas, serão tomadas como base, as ordens de fornecimento apresentadas.
- b) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.
- c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





- 3.1. A fiscalização desta Ata será realizada pela Coordenação do Almoxarifado Central e Departamento de Gestão de Contratos do CISRUN.
- 3.2. A Coordenação do Almoxarifado Central e Departamento de Gestão de Contratos do CISRUN atuarão como gestores/fiscais da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA

4.1 A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, com eficácia legal da publicação de seu extrato, podendo ser encerrado em prazo inferior, desde que o objeto seja executado integralmente, mediante atestação dos gestores/fiscais da ARP.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

- 5.1. O **FORNECEDOR** responderá por todo e qualquer dano provocado ao **CISRUN**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo **CISRUN**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarci-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas na licitação.
- 5.2 Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo **CISRUN**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pelo **CISRUN**, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **CISRUN** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.
- 5.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade do FORNECEDOR for apresentada ou chegar ao conhecimento do CISRUN, este comunicará ao FORNECEDOR por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar ao CISRUN a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pelo FORNECEDOR não o eximem das responsabilidades assumidas perante o CISRUN, nos termos desta cláusula.
- 5.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **CISRUN**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas





pelo **FORNECEDOR**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **CISRUN**, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos do FORNECEDOR;
- b) medida judicial apropriada, a critério do CISRUN.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

- 6.1. Os serviços/aquisições oriundos desta Ata e contratos poderão ser rescindidos pelo **CISRUN**:
- a) Por ato unilateral e escrito do **CISRUN**, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93;
- b) Por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- c) Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.
- 6.2. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS E PENALIDADES

- 7.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o CISRUN e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços ou Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- I não assinar a ata de registro de preços ou contrato;
- II não entregar a documentação exigida no edital;
- III apresentar documentação falsa;
- IV causar o atraso na execução do objeto;
- V não mantiver a proposta;
- VI falhar na execução da ARP ou contrato;
- VII fraudar a execução da ARP ou contrato;
- VIII comportar-se de modo inidôneo;
- IX declarar informações falsas; e
- X cometer fraude fiscal.
- 7.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:





- I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato/ata de registro, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;
- II. 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- III. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir da Ata de Registro de Preços ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.;
- 7.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo CISRUN. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 7.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do CISRUN no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1 - Das obrigações da CONTRATADA:

- 8.1.1 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;
- 8.1.2 Permitir ou facilitar à fiscalização ou supervisão do CONTRATANTE a verificação de cumprimento das cláusulas da ARP, em qualquer momento, devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- 8.1.3 Os objetos desta licitação deverão ser entregues de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme requisição dos setores solicitantes, conforme especificado neste Termo de Referência;
- 8.1.4 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, materiais em desacordo com a ordem de compra;
- 8.1.5 Arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação, assim como obrigações trabalhistas e demais encargos referentes ao fornecimento dos materiais objeto da presente contratação, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas;
- 8.1.6 Fica estabelecido a obrigação de manter durante vigência da ARP, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS CISRUN





manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;

- 8.1.7 Responder, exclusivamente, por todos os danos e prejuízos, tanto materiais, morais e/ou pessoais, durante a execução do objeto contratado, causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;
- 8.1.8 A CONTRATADA deverá substituir imediatamente os materiais de má qualidade;
- 8.1.9 A CONTRATADA deverá entregar as notas fiscais em até dois dias após a emissão, para os setores responsáveis ou enviar via e-mail;
- 8.1.10 Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

8.2 - Das Obrigações do CONTRATANTE:

- 8.2.1 Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a aquisição dos itens;
- 8.2.2 Emitir, por meio da Coordenadoria de Compras, a ordem de Compra;
- 8.2.3 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 8.2.4 Fiscalizar a execução da Ata/Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 8.2.5 Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações neste instrumento convocatório/Edital;
- 8.2.6 Arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata;
- 8.2.7 O pagamento decorrente da concretização da entrega do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria, através de departamento contábil, por processo legal, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal/fatura, após atesto das notas fiscais pelo gestor do contrato e verificação pelo setor responsável pelo pagamento dos documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, especialmente quanto a regularidade junto ao FGTS, bem como as certidões negativas de débito junto a Fazendas Pública Federal e à justiça do Trabalho;
- 8.2.8 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a CONTRATADA dará ao CISRUN plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.





CLÁUSULA NONA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA DOS MATERIAIS

- 9.1 A CONTRATADA terá obrigação de cumprir todas as exigências determinadas pelo CONTRATANTE no que se refere ao objeto, e entregar o objeto no local indicado pelo CISRUN;
- 9.2 Em caso de irregularidade não sanada pelo contratado, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;
- 9.3 A entrega dos itens do objeto será conforme discriminando pelo SETOR DE COMPRAS, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da ordem de fornecimento;
- 9.4 O local da entrega dos itens objeto do certame será no Almoxarifado Central do SAMU, localizado na Avenida Deputado Plínio Ribeiro, nº 2.306, CEP: 39.401.474, Bairro Monte Alegre, na cidade de Montes Claros, em horário comercial, ou seja, 08h00min as 12h00min e 13h30min às 17h30min sem nenhum custo adicional para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADESÃO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES QUE NÃO PARTICIPARAM DO REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Administração da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 10.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a Administração e órgãos participantes.
- 10.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para a Administração e órgãos participantes.
- 10.4 O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Administração e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 10.5 Após a autorização da Administração, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.





10.6 – Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTES

- 11.1 Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea "d", inc II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo a CONTRATADA manter sua proposta pelo período mínimo de 60 (sessenta) dias após sua apresentação;
- 11.2 Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou CONTRATADA deverá:
- a) indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômicofinanceiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;
- b) apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
- d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas "a", "b" e "c", a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.
- 11.3 A solicitação de aplicação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser efetuada antes da emissão da ordem de compra.
- 11.4 Se houver formalização de contrato, os valores consignados poderão ser reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M ou IPCA, o que for mais vantajoso para o órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

12.1 - A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por





cento) do valor inicial atualizado da ARP/contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

13.1 - Esta Ata de Registro de Preços está vinculada ao Termo de Referência que a acompanha, independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas..

Montes	Claros/MG, de	. de
Pelo Contratante:		
	Marcelo Meireles de Mendonça	_
	Presidente do CISRUN	
Pela Contratada:		
	Representante Legal	_
	Contratada	
Testemunhas:		
Nome:	CPF	
Nome:	CPF	

Examinado e conferido: Roberta Soares Aquino

Assessoria Jurídica – OAB/MG: 111.649





ANEXO VII

MINUTA CONTRATUAL Nº__

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 001/2023 PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 001/2023

	CONTRATO		ENTRE ,		CELEBRAM A
	INDICADOS.		F		FINS NELE
O	, N ⁰ ,	BAIRRO _	, CC	M ENDI	EREÇO NA
	.L, DENOMIN	_, NA PE NADO [SSOA DO DE CONT	SEU PI RATANTI	RESIDENTE, E, E A
ESTABELECIDA NA NESTE ATO REPR	RESENTADO F	, AQUI POR SE TO NO	DENOMINAI U REPRE) CPF	DA DE CC SENTAN [*] SOB	ONTRATADA, TE LEGAL O N.º
AS CLÁUSULAS E CON	DIÇÕES A SEGU	IIR:			
	USULA PRIMEII				
1.1 - O presente Contrat 10.520/02 e suas altera ARP/ e seus ar da CONTRATADA, tudo	ações, PROCED i exos, devidamen	IMENTO Le homolog	.ICITATÓRIC jada pelo Sr.	D/_ President	, ADESÃO te, a proposta
	CLÁUSULA SEG	UNDA – D	O OBJETO		
2.1 - O objeto deste complete deste complete deste deste description of the complete deste	or objeto o RE DE MATERIAIS	GISTRO I DE LIMP	DE PREÇO EZA PARA	S PARA ATENDEF	FUTURA E

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS - CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A - Bairro Interlagos - CEP: 39.404-632 - Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 - E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





	CLÁUSU	LA TERCE	IRA – DOS PREÇOS E	DO REAJUS	TAMENTO		
3.1 – Pelo	fornecir	mento dos	materiais, o CONTRAT	ANTE pagará	à CONTRA	ΓADA ο	
montante	de R\$	() conforme apreser	ntação de nota	as fiscais e co	nsumo,	
sendo o va	alor indivi	idual abaixo	discriminado:				
		1		T		1	
Item	Qtd.	Unid	Especificação	Marca	Unitário	Total	
acréscimo	s e supre	essões que	obriga a aceitar nas m se fizerem necessárias ontrato, conforme previs	s, até 25% (vir	ite e cinco po		
$\S 2^{\circ} - O v$	alor do	objeto deve	erá contemplar todos c	s custos rela	tivos a despe	esas do	
objeto.		•	·				
	(CLÁUSULA	QUARTA – DO PRAZ	O DE VIGÊNO	CIA		
-		igência do d	contrato será de () meses, a d	ontar da data	de sua	
formalizaç							
			ONTRATANTE o futuro		•	lerá ser	
prorrogado	em obs	ervância ac	s ditames do art. 57, II,	da Lei 8.666/	93.		
		N ÁLIGILI A	QUINTA – DA FONTE	DE DECUBE	00		
	•		s da execução do obje nsórcio, abaixo descrito		correrao a c	onta de	
16001303 0	nçament	anos do Co	isorcio, abaixo descrito	5.			
				·			
	CLÁI	USULA SEX	KTA – DAS CONDIÇÕE	S DE PAGAI	MENTO		
6.1 – O Pa	agamento	o decorrente	e da concretização do d	bjeto desta li	citação será e	fetuado	
de forma i	ntegral,	em até 30 ((trinta) dias após a apre	esentação de	Nota Fiscal, r	elatório	
de faturan	nento e	CND's Fed	eral, Estadual, FGTS	e Trabalhista,	acompanhac	las das	
ordens de	fornecim	ento, devid	amente assinadas.				
a) P	ara emi	issão das	faturas, serão tomac	das como b	ase, as orde	ens de	
	fornecimento apresentadas.						
,		•	ridade na emissão do		•		
		contado a	partir de sua reaprese	entação, desc	de que devid	amente	
regularizad			-:	~	40 (-l-	_\ -!:	
•	c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.						
o valui ua	ialuia Ila	io solitia a	oresonnos a qualquer m	uiO.			
	CLÁ	USULA SÉ	TIMA – DAS OBRIGAÇ	ÕES DAS PA	ARTES		





7.1 - Das obrigações da CONTRATADA:

- 7.1.1 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta licitação e na Lei nº 8.666/93, devendo comunicar a CONTRATANTE, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- 7.1.2 A CONTRATADA se obriga a assumir, de imediato e às suas expensas, qualquer dos serviços do objeto contratual, caso fique impossibilitada de prestá-lo diretamente;
- 7.1.3 A CONTRATADA se obriga a prestar o serviço, objeto do certame no prazo determinado pelo setor requisitante, no endereço determinado pela CONTRATANTE, sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE;
- 7.1.4 A CONTRATADA deverá contemplar todos os custos relativos a despesas de prestação do serviço;
- 7.1.5 Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE;
- 7.1.6 Responder perante à CONTRATANTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-a devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados por empregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;
- 7.1.7 Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes do fornecimento.

7.2 - Das Obrigações da CONTRATANTE:

- 7.2.1 Prestar, com clareza, à CONTRATADA, as informações necessárias para a prestação de serviços (fornecimento do produto);
- 7.2.2 Emitir, por meio da Coordenadoria de Compras, a ordem de fornecimento;
- 7.2.3 Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- 7.2.4 Fiscalizar a execução do contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 7.2.5 Rejeitar toda e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste termo de referência;
- 7.2.6 Arcar com as despesas de publicação do extrato deste contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;





- 7.2.7 Ordenar correções, reparos que se fizerem necessárias, tudo a expensas da CONTRATADA, na hipótese de vícios, defeitos ou incorreções na execução do serviço, do objeto contratado;
- 7.2.8 O pagamento decorrente da concretização da prestação do serviço será efetuado pela Tesouraria em até 30 (trinta) dias, através de departamento contábil, por processo legal, após o recebimento da nota fiscal/fatura, atesto das notas fiscais pelo gestor do contrato e verificação pelo setor responsável pelo pagamento dos documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, especialmente quanto a regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, bem como as certidões negativas de débito junto a Fazenda Pública Federal, Estadual e à Justiça do Trabalho.

,		~
	I I I I I I I I I I	
CLAUSULA		FISCALIZAÇÃO
	-	

8.1 – A fiscalização, autorização, conferência e recebimento do objeto deste contrato serão realizados pela CONTRATANTE, através de ______ ou a quem o Administrador indicar, observados os art. 73 a 76 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

- 9.1 A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 8.666/93;
- 9.2 Por acordo entre as partes, reduzido a termo;
- 9.3 Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.
- 9.4 O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- 9.5 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- 9.6 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 9.7 Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Ficará impedido de licitar e de contratar com o CISRUN/_____ e será descredenciado nos mesmos, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e na Ata de Registro de Preços ou Contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- I não assinar o contrato;
- II não entregar a documentação exigida no edital;
- III apresentar documentação falsa;

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REDE DE URGÊNCIA DO NORTE DE MINAS – CISRUN Av. Francisco Peres, Nº 200 A – Bairro Interlagos – CEP: 39.404-632 – Montes Claros - Minas Gerais Telefone: (38) 3221-0009 / 3221-5602 / 3221-3966 – E-mail: cisrun@cisrun.saude.mg.gov.br





- IV causar o atraso na execução do objeto;
- V não mantiver a proposta;
- VI falhar na execução do contrato;
- VII fraudar a execução do contrato;
- VIII comportar-se de modo inidôneo;
- IX declarar informações falsas; e
- X cometer fraude fiscal.
- 10.2 Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:
- I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato/ata de registro, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;
- II. 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;
- III. 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.;
- 10.3 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo(a) _____. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.
- 10.4 As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do (a) ______, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

- 11.1 O valor contratual poderá ser alterado nos termos da alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro.
- 11.2 Os valores poderão ser reajustados após 12(doze) meses de vigência contratual, com base no índice do IGP-M ou IPCA, o que for mais vantajoso para o órgão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

12.1 - Este contrato está vinculado ao Termo de Referência que o acompanha, independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO





competente para dirimi	em o foro da comarca de r quaisquer dúvidas oriundas deste (tro, por mais privilegiado que seja.	
(duas) vias de igual ted	esim justos e contratados, assinam o pre or e para um só fim de direito, na pre a tudo assistiram, na forma da lei.	
	Montes Claros/MG, de	de
Pela Contratante:		
	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	_
Pela Contratada:		
	Representante Legal Contratada	_
Testemunhas:		
Nome:	CPF	
Nome:	CPF	_